



LEI COMPLEMENTAR Nº 21

de 12 de agosto de 1996

**ALTERA, a Lei Complementar de nº 020/96, QUE DISPÕE SOBRE A
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS e dá outras providências.**

*A CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, ESTADO DE MATO GROSSO DO
SUL DECRETA:*

Art. 1º..

O Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU-, bem como as taxas lançadas com o aludido tributo, referente ao Exercício de 1.996 e que foi determinado o pagamento com os respectivos descontos, conforme constante da Lei Complementar acima citada, para o dia 12 de Agosto do corrente ano, impreterivelmente, ficam prorrogados para o dia 15 de setembro do ano em curso.

1º

O prazo para recolhimento com os benefícios fiscais descritos no presente artigo expirar-se-á em 15 de setembro do corrente exercício.

Art. 2º..

O disposto nos artigos 4º, 5º e seu parágrafo único o artigo 6º e seu parágrafo único permanecem inalterados.

Art. 3º..

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 12 de Agosto de 1996.

LAUTHER DA SILVA SERRA
PRESIDENTE

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em